

SAMORA MACHEL

**FAÇAMOS DE 1985
UM ANO
DE CONSOLIDAÇÃO
DA INDEPENDÊNCIA**

30

colecção
"PALAVRAS de ORDEM"
EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

SAMORA MACHEL

**FAÇAMOS DE 1985
UM ANO
DE CONSOLIDAÇÃO
DA INDEPENDÊNCIA**

30

coleccção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDICAO DO PARTIDO FRELIMO

INTRODUÇÃO

Por ocasião do fim do ano de 1984, o Camarada Presidente Samora Moisés Machel fez uma importante intervenção, na qual sintetizou os principais acontecimentos que tiveram lugar o ano passado. O Camarada Presidente salientou, entre os acontecimentos que, a nível do país, marcaram o ano de 1984, o envolvimento popular nos festejos que assinalaram o 20.º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação nacional, a assinatura do Acordo de Nkomati, a realização da Conferência Extraordinária da OMM e a ofensiva pela defesa da legalidade.

O esforço dos trabalhadores pela reconstrução económica, bem como a luta contra os bandidos armados, foram aspectos que mereceram particular destaque na intervenção do Camarada Presidente. Caracterizando estes dois aspectos da nossa vida, o Camarada Presidente apontou as grandes tarefas que todo o povo é chamado a realizar neste ano de 1985: elevar os índices de produção dos produtos de abastecimento do povo e de exportação, garantir o funcionamento dos órgãos de direcção da economia, melhorar a gestão das unidades económicas, desenvolver uma rigorosa política de austeridade e de utilização racional dos recursos laborais.

No que se refere à luta pela defesa da Pátria, o Camarada Presidente salientou a necessidade de se reforçar o envolvimento popular na luta contra o banditismo, de se elevar a qualificação dos quadros das FDS e de se garantir a correcta mobilização dos jovens para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório.

Pelo seu conteúdo programático, pelas orientações que define para todo o povo moçambicano, este discurso presidencial é um documento de estudo indispensável para a formulação das tarefas a realizar, neste ano de 1985, em todos os sectores da vida nacional.

Moçabicanas, Moçambicanos,

Compatriotas,

Caros amigos,

Tem sido tradição nossa, por ocasião do fim-do-ano, reunir em convívio os quadros dirigentes do Partido e do Estado, representantes do Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, para efectuar-mos o balanço do percurso realizado durante o ano e, com base nisso, perspectivar as linhas gerais das tarefas a realizar pelo Povo moçambicano durante o próximo ano.

Tem sido nossa prática analisarmos os motivos que nos conduziram a vitórias e as causas que fizeram fracassar as nossas iniciativas. É uma análise que consideramos fundamental, porque dela tiramos lições para a síntese orientadora das acções futuras.

Embora estejamos conscientes das dificuldades enormes que ainda nos esperam, estamos firmes nas convicções revolucionárias que nos animam. Estamos certos de que o fortalecimento do nosso pensamento e acção comuns, é um factor decisivo para neutralizarmos o desânimo e as vacilações,

e avançarmos seguros na construção da Pátria moçambicana socialista.

Compatriotas,

Quatro grandes acontecimentos políticos assinalaram este ano a vida nacional:

- o 20.º aniversário do início da Luta Armada de Libertação Nacional;
- a assinatura do Acordo de Nkomati, Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança com o Governo da África do Sul;
- a Conferência Extraordinária da OMM;
- Ofensiva pela defesa da Legalidade.

Foi com grande orgulho e com emoção que em 25 de Setembro trouxemos a memória da grande epopeia do Povo moçambicano que ousou pegar em armas e desafiar o colonialismo alicerçado em poderosas alianças.

Há vinte anos do histórico disparo de Chai, podemos avaliar, já com frieza, que nos animava apenas a certeza da vitória, a justeza da causa que defendíamos. Em vinte anos podemos medir o impetuoso crescimento das nossas Forças Armadas. Começámos com armas simples e antiquatadas, e fomos crescendo à medida das exigências da luta, fomos adoptando armamento cada vez mais pesado e complexo, e numa evolução que nos permitiu combinar no terreno do combate, os progressos da arte e ciência de guerra, com a utilização de armas modernas. Hoje, apesar da herança criminosa do analfabetismo, jovens moçambicanos dominam já as mais sofisticadas máquinas de guerra. O desfile do 25 de Setembro constituiu indiscutivelmente o testemunho do orgulho que temos nas Forças Armadas de Moçambique — FPLM, como garantes da defesa da Pátria, da Independência e soberania

nacional, da defesa das conquistas revolucionárias e da construção do socialismo.

Os vinte anos de guerra permanente que enfrentamos provam que é inesgotável o espírito de 25 de Setembro, o quão é generosa a nossa juventude que, como no passado, é hoje a força de choque na luta armada contra os inimigos da Pátria.

Há pouco mais de um mês teve lugar a Conferência Extraordinária da Mulher Moçambicana, acontecimento que mobilizou as atenções de todo o País, e que foi o culminar de um longo e profundo processo de investigação e discussão popular. O manancial da informação recolhida, pela sua riqueza informativa sobre fenómenos sociais do nosso País, constitui material importante para a investigação sociológica, para quadros e dirigentes, para os intelectuais e todos aqueles que se encontram envolvidos no processo de transformação revolucionária do nosso País.

A Conferência Extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana, pelos ensinamentos que transmitiu, foi indiscutivelmente o evento que mais terá contribuído para o conhecimento da complexidade social do nosso País e da riqueza cultural da Nação moçambicana que se consolida.

Os resultados saídos desta Conferência são uma arma de luta importante na batalha pela emancipação da mulher, para a organização da nossa sociedade e uma síntese ímpar de como as transformações revolucionárias deverão ter em conta as realidades nacionais.

Vimos nesta Conferência a força, o vigor, o entusiasmo da mulher moçambicana, nossa mãe, companheira, irmã, educadora. Orgulhamo-nos dela, por isso, a felicitamos mais uma vez pela sua coragem e combatividade.

No processo de reforço da legalidade socialista, parte integrante do exercício do poder popular, o Partido desencadeou e dirigiu uma ofensiva nacional para pôr termo a desvios e violações à lei instituída na República Popular de Moçambique. Neste

processo cumpre assinalar, pela sua importância, a Sessão do Bureau Político do Comité Central do Partido Frelimo, realizada em Nampula, no mês de Maio, e as medidas tomadas em consequência.

Compatriotas.

Tal como no passado, a situação económica do nosso País continuou a sofrer as influências de factores negativos tanto internos como externos.

A nível interno, a já precária economia do nosso País, enfrentou ainda as terríveis consequências originadas pelas secas persistentes sentidas praticamente em todo o País, bem como, no Sul, os efeitos devastadores causados pela depressão «Domoina», que provocaram enormes prejuízos humanos e materiais de longa e difícil reparação.

Para além da acção destruidora dos bandidos armados, continuámos a sofrer os efeitos da difícil situação económica internacional, que persiste e se faz sentir com maior gravidade em todos os países da África e ao Sul do Sahara.

Continuámos a enfrentar quebras significativas dos nossos níveis de exportação e decréscimos das nossas receitas em moeda externa.

No sector industrial verificámos em 1984 que, apesar dos esforços empreendidos, continuámos a registar uma tendência decrescente dos níveis de produção, resultante essencialmente das dificuldades em aprovisionarmos as nossas unidades de produção, grandemente dependentes de importações.

No sector agrário, onde foi realizada a maior concentração dos nossos poucos recursos financeiros e um maior esforço produtivo, verificámos com satisfação que em geral se constata um crescimento sensível da produção alimentar, já traduzida nos volumes de produção comercializados.

Neste campo da produção alimentar, devemos realçar os sucessos que constituem já as acções

generalizadas em todas as capitais das províncias, de implantação de Zonas Verdes para abastecer as cidades.

Em 1984, apesar dos condicionalismos a que estivemos sujeitos, continuámos a desenvolver os nossos programas de investimentos prioritários que avançaram significativamente, sendo de realçar:

- o projecto de desenvolvimento integrado de produção agro-pecuária em Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia;
- a construção da Têxtil de Mocuba;
- a construção das barragens de Corumana e Pequenos Libombos;
- a construção da Linha Centro-Norte, de transporte de energia;
- as obras de drenagem da cidade de Maputo.

A difícil e complexa situação económica e financeiro do País conduziu-nos a que renegociássemos, este ano, a nossa dívida externa junto dos nossos credores.

Este facto inevitável veio a impedir-nos, por outro lado, de fazer uso normal das possibilidades de crédito externo para o aprovisionamento da nossa economia, o que veio a reflectir-se negativamente no seu funcionamento em 1984.

Na conjuntura que enfrentámos a nível da nossa economia, salientámos particularmente o incremento das nossas relações de cooperação e solidariedade com os países socialistas irmãos, os quais souberam assegurar, nos momentos críticos e em condições vantajosas, o aprovisionamento à nossa economia, nomeadamente em combustível e em bens de consumo.

Queremos também realçar aqui o contributo significativo dado pela Comunidade Internacional em geral, que soube mais uma vez estar ao lado do

Povo moçambicano, respondendo de forma extraordinária aos apelos do Governo da República Popular de Moçambique, para apoiar as vítimas dos efeitos devastadores das secas e das cheias. Neste contexto é que podemos afirmar aqui que em 1984, o Povo moçambicano beneficiou do maior apoio em produtos alimentares já recebidos no nosso País.

Estamos certos de que continuaremos a contar com a solidariedade firme que estes países amigos sempre manifestaram, e que a difícil conjuntura que atravessamos é motivo para reforçar a sua habitual solidariedade.

Na busca de um quadro de relacionamento e cooperação eficazes com os vários organismos financeiros internacionais, o Governo da República Popular de Moçambique decidiu aderir ao Fundo Monetário Internacional e suas instituições, bem como à Convenção de Lomé III.

Aprovámos também em 1984 a Lei dos Investimentos Estrangeiros na República Popular de Moçambique, definindo os mecanismos legais para que o capital financeiro estrangeiro possa também contribuir para o desenvolvimento económico do País.

Na procura de mecanismos mais racionais e eficazes para gerir os nossos poucos recursos externos foi introduzido em 1984 um novo sistema de gestão cambial.

Este sistema, já em funcionamento em algumas áreas da nossa economia, é uma das frentes que em 1985 deverá ser consolidada porque constitui seguramente um processo eficaz de estabilizar o funcionamento de sectores estratégicos e essencialmente geradores de divisas.

Em 1984 verificámos que continuamos a enfrentar ainda, a nível de certos sectores do Aparelho de Estado, a indisciplina, a apatia, a passividade, o desrespeito para com o povo. Estes factos do dia-a-dia revelam que continuamos a ter inimigos no nosso seio, com o propósito claro de sabotar a

nossa Revolução e criar o descontentamento generalizado. A nível de direcção, a vários níveis, estas atitudes continuam a ser toleradas, encaradas com passividade e indiferença inadmissíveis.

1985 deverá ser para nós o ano em que iniciaremos novas batalhas para assegurar o crescimento da nossa actividade económica.

Embora as dificuldades enfrentadas em 1984 certamente se façam sentir em 1985, maiores esforços devem por nós ser feitos para assegurar esse objectivo.

Essencialmente os nossos esforços deverão concentrar-se em duas direcções principais:

- continuar a melhorar os nossos índices de produção alimentar para o abastecimento do povo;
- continuar a melhorar a organização, o funcionamento e os níveis de produção dos sectores que contribuem para o ingresso de divisas no País, nomeadamente as áreas dos serviços e da produção para as exportações.

Na materialização destes objectivos, um particular relevo deve ser dado ao sector familiar.

Neste contexto importa elevar continuamente os graus de coordenação, articulação e de visão integrada no apoio ao sector familiar por parte de sectores como:

a agricultura;
o comércio interno;
a indústria ligeira e alimentar;
as pescas;
os transportes rodoviários.

Esta coordenação e esta articulação devem existir igualmente em grau cada vez mais elevado entre as estruturas de nível central e de nível local. Neste âmbito, aprez-nos registar que os Governos

Provinciais têm evidenciado um dinamismo crescente e um aumento constante da sua capacidade e nível de direcção, o que deve ser tido em conta pelas estruturas centrais para que este processo tenha desenvolvimento e continuidade.

Paralelamente temos que, cada vez mais, saber dirigir a nossa economia de uma forma mais eficiente e adequada às nossas realidades. Temos de garantir o funcionamento correcto e regular dos órgãos de direcção da economia e estabelecer mecanismos adequados de controlo.

Em 1985 teremos que melhorar os métodos de gestão das nossas unidades económicas e definir claramente o seu correcto funcionamento e dimensionamento.

Teremos que assegurar cada vez mais o princípio de autonomia e da responsabilidade das empresas aos vários níveis.

Teremos que implementar uma rigorosa política de austeridade, baseada em normas de consumo, e punir severamente o desperdício e o esbanjamento.

Teremos de promover uma correcta política de emprego e de utilização racional dos nossos recursos laborais.

É urgente prosseguir a purificação do nosso Aparelho de Estado. A implantação nas nossas estruturas de uma direcção política correcta, da eficiência, da cortesia, da desburocratização, só é possível quando assumimos que a Ofensiva Política e Organizacional significa uma atitude concreta de preocupação diária e constante na resolução dos problemas do povo; significa promover, mediante concurso, os que se distinguem pela correcção do trabalho, pela competência, pela contínua elevação das suas qualificações profissionais.

Fazer a Ofensiva Política e Organizacional significa o dirigente adoptar sistematicamente a prática do contacto directo com a base, de inspecção e controlo que não se limita apenas aos relatórios.

A Ofensiva Política e Organizacional significa em última análise instituir um método de responsabilização e prestação de contas, que conduza sistematicamente a premiar o bom trabalho e a punir o mau trabalho.

Compatriotas,

O ano de 1984 foi marcado por uma intensa actividade diplomática do nosso Estado.

A frente diplomática, na actual conjuntura em que enfrentamos uma situação de guerra, tem revelado ser uma importante componente na luta global que o nosso povo trava para alcançar a paz e a estabilidade.

O esforço da nossa diplomacia tem sido orientado fundamentalmente e dentro do princípio de defesa dos interesses nacionais, na diminuição da tensão na nossa zona, na neutralização do campo de manobra dos nossos inimigos, no aumento do número dos nossos amigos e no reforço da nossa aliança no quadro dos países socialistas.

As visitas oficiais e de trabalho efectuadas a países africanos, asiáticos e da Europa socialista durante o ano corrente, foram ocasiões importantes para o reforço da solidariedade e cooperação entre a República Popular de Moçambique e os países africanos, asiáticos e com os países socialistas.

As visitas mútuas efectuadas por dirigentes dos Países da Linha da Frente, realizadas no quadro de consultas para a troca de informação e de concertação de estratégia, continuaram a ser uma preocupação dominante do nosso Estado.

O triunfo da 20.ª Cimeira da OUA, a imortância da Reunião Cimeira dos países da SADCC em Gaborone, a solidariedade fraternal manifestada para com Moçambique e Angola pela Cimeira Extraordinária dos «Cinco» realizada em Maputo, reforçaram ainda mais o papel da República Popular de Moçambique na linha da unidade africana, da

cooperação regional com os países com quem enfrentamos juntos o colonialismo.

No quadro da política socialista de paz e na aplicação do princípio universalmente aceite de coexistência pacífica entre Estados de sistemas sócio-económicos diferentes, assinámos a 16 de Março o Acordo de Nkomati, Acordo de Não-Agressão e de Boa Vizinhança com o Governo da África do Sul. A assinatura deste Acordo culminou um longo e complexo processo de negociações.

Este Acordo, cujo alcance estratégico foi sublinhado em 5 de Abril durante o acto solene promovido pela Comissão Permanente da Assembleia Popular e posteriormente no momento de ratificação do Acordo de Nkomati pela Assembleia Popular, é indiscutivelmente um elemento vital que assegura a nossa Independência, a integridade territorial e a soberania nacional.

O Acordo de Nkomati é produto das nossas vitórias no terreno militar e diplomático, o reconhecimento da nossa opção socialista nesta zona de África, a afirmação da nossa Independência nacional e da soberania das nossas decisões. O Acordo de Nkomati marca uma etapa qualitativamente nova para a luta dos povos da África Austral e prova que é possível que dois países vizinhos, com sistemas sócio-económicos antagónicos, coexistam pacificamente e afastem o espectro de um conflito que poderia transformar-se numa confrontação global.

Em menos de 10 anos, foram assinados na África Austral três Acordos de Paz, produto das vitórias populares:

- Os Acordos de Lusaka;
- O Acordo de Lancaster House;
- O Acordo de Nkomati.

Com estes históricos Acordos, os povos da região viram reconhecidos os direitos por que

lutavam, as suas soberanias saíram consolidadas. Por isso estas são suas vitórias.

O Governo da República Popular de Moçambique tem acompanhado com atenção a situação internacional prevaiecente, que se caracteriza ainda globalmente pela existência de focos de tensão e de guerras locais provocadas pelo imperialismo.

Na medida das nossas capacidades, temos dado a nossa contribuição para diminuir as tensões e temos apoiado activamente a luta dos povos do Mundo pela paz, independência, progresso e justiça. Temos manifestado, sob todas as formas, o nosso apoio solidário à luta dos povos da Africa do Sul, da Namíbia, do Sahara, de Timor-Leste, da Palestina, de El Salvador, da Nicarágua. Deles temos recebido o reconhecimento e apreço pelo nosso apoio.

Compatriotas,

A assinatura do Acordo de Nkomati fez emergir as ligações principais da rede internacional da conspiração organizada contra a República Popular de Moçambique. Ela é vasta, envolve poderosos grupos económicos, colonos saudosistas que perderam os seus privilégios, altas personalidades e partidos políticos. Os verdadeiros sujeitos desta conspiração encontram-se sediados em certas capitais da Europa Ocidental. Eles beneficiam da cumplicidade de personalidades e organizações em alguns países vizinhos de Moçambique, de quem recebem o necessário apoio logístico e infiltram terroristas, sabotadores, mercenários. As acções criminosas só são possíveis devido a este apoio externo que vai alimentando e instigando o terrorismo na República Popular de Moçambique.

A emergência desta rede conspiratória, claramente evidencia que o objectivo destas forças comandadas pelo imperialismo era fazer mudar o curso da nossa história, criar condições para o

regresso daqueles que foram sempre os inimigos jurados do Povo moçambicano.

As acções terroristas do banditismo armado não constituem senão a manifestação mais directa desta conspiração.

A história julgará com severidade os sujeitos e cúmplices desta conspiração que despudoradamente utilizam falsas promessas e exploram sentimentos tribais, regionais e raciais, transformam cidadãos nacionais em autênticas máquinas de terror, assassinos contra os seus irmãos. Ceifam vidas inocentes, espalham a tragédia em gerações inteiras de famílias, provocam a destruição, sabotam iniciativas e projectos económicos que vão permitir ao Povo moçambicano sair da miséria e do subdesenvolvimento.

Por os seus interesses não terem sido contemplados no Acordo de Nkomati, os cabecilhas do banditismo enveredaram, no seu estertor, pelo caminho odioso do terrorismo puro. Destruir e matar, tem sido a sua civilização, a sua moral. Eles já perderam a esperança de derrubar o Governo da FRELIMO ou mesmo de partilhar o poder. O Governo da República Popular de Moçambique, ao longo destes 10 anos de governação, está mais forte do que nunca, mais enraizado no povo, mais determinado e firme do que nunca em prosseguir na construção do socialismo.

O imperialismo quis transformar guerra do banditismo armado num conflito tribal, regional e racial. Estes objectivos falharam, o imperialismo saiu frustrado dos seus intentos. No decurso desta guerra de agressão, o nosso povo está mais consciente de quem é o inimigo, está mais unido e determinado em torno do seu Partido Frelimo e do Estado Popular.

Acolhemos aqueles que abandonaram a via do terrorismo e se entregaram às nossas Forças. Muitas centenas deles, arrependidos dos crimes que praticaram, se encontram já a reconstruir as suas vidas, beneficiando do perdão concedido.

Aos renitentes, aos que se transformaram em seres primitivos, selvagens e sanguinários, aqueles que persistem na via do crime e da traição, apenas os espera a morte e a punição popular.

As Forças Armadas de Moçambique (FPLM), como força principal do combate ao banditismo armado, têm tido o papel fundamental na eliminação do terrorismo. Com a sua já exemplar combatividade, espírito de sacrifício e determinação de vencer, as Forças Armadas de Moçambique (FPLM) têm desferido golpes de envergadura contra o bandido, restabelecendo a tranquilidade em muitas zonas do nosso País.

Milhares de bandidos armados foram fisicamente dizimados, liquidados.

Milhares de bandidos armados foram feridos e feitos prisioneiros.

Milhares de bandidos armados foram capturados com as suas armas.

Centenas de toneladas de material de guerra foram capturadas. No essencial, as Forças Armadas cumprem a missão de desarticular o banditismo, tarefa que lhes foi confiada para este ano.

Neste combate, merecem também especial destaque as Forças Policiais e de Segurança, os Milícias Populares, as Tropas Territoriais que, lado a lado com as Forças Armadas de Moçambique (FPLM), têm neutralizado e eliminado as acções terroristas dos inimigos da Pátria.

Neste processo, importa melhorar o enquadramento da população no treino e armamento, aumentar a eficácia do controlo e do patrulhamento, de forma a transformar cada moçambicano em soldado defensor da Pátria e da Revolução.

Para as Forças Armadas, Forças Policiais e de Segurança constitui tarefa prioritária para o próximo ano, melhorar substancialmente a organização, qualificar mais os comandos das unidades com jovens que tenham dado provas em combate, e aumentar a sua eficácia operativa.

Um aspecto sobre o qual deve incidir a prioridade é a mobilização da juventude para o Serviço Militar Obrigatório, em coordenação estreita com as estruturas do Partido e da Organização da Juventude Moçambicana. O jovem deve sentir-se motivado para a defesa da Pátria, orgulhoso de envergar a farda das nossas Forças Armadas. A organização deste sector é fundamental, pois é o primeiro contacto do jovem com as Forças Armadas. Neste processo de mobilização deveremos utilizar o máximo de respeito e cortesia para levar o jovem, ele próprio, a entusiasmar-se na tarefa gloriosa de defender a soberania, a integridade territorial da Pátria e a Revolução.

Compatriotas,

As opções profundas que traçamos para o nosso relacionamento são as mais correctas. São as únicas que podem gerar o fruto da abundância e de felicidade para todos. As dificuldades que procuram semear na nossa marcha não fazem vacilar a nossa firmeza, a nossa determinação.

Nós somos quem constrói, quem faz nascer e crescer a vida moçambicana.

Nós somos quem pensa e realiza o futuro das nossas crianças, o destino dos nossos lares, a qualidade dos nossos hospitais, das nossas escolas, das nossas instituições.

Erguemos já realidades que pareciam impossíveis. Aqui está uma Nação que institui e desenvolve os valores mais nobres da Humanidade.

Aqui construímos o convívio profundo e fraterno entre homens de todas as cores, raças e crenças.

Aqui edificamos o respeito pela vida, o amor pela liberdade e pela dignidade de todos e de cada um. Estas são conquistas de um processo duro e exigente. Devemo-nos orgulhar destes avanços porque eles são a primeira e a mais importante medida de uma civilização nova.

Devemos, contudo, compreender que estas conquistas não se alcançam definitivamente. Elas têm que ser permanentemente desenvolvidas e consolidadas.

Iniciamos em 1985 o décimo ano da Independência. Na vida de um ser humano dez anos representam muito. Mas na história de uma Nação é um período breve. A primeira década da nossa Pátria livre e independente foi marcada por adversidades, pela guerra, pelas calamidades.

Mas os moçambicanos forjaram-se na luta contra essas dificuldades. Escreveram com heroísmo páginas de sacrifício, coragem e perseverança.

Estes exemplos de valor não podem ficar no anonimato, ou diluídos numa evocação geral. É necessário que em todas as províncias, em todos os locais de trabalho se proceda ao registo e valorização dos actos de heroísmo e abnegação.

Os patriotas que não vacilaram e arriscaram a vida, os trabalhadores que se entregaram com todo o sacrifício, devem constituir um exemplo, um motivo de exaltação. Estas manifestações de dedicação e amor pela Pátria têm de sair do anonimato e serem conhecidas por todos. A Nação moçambicana começa nestes nomes, que fizeram e fazem a nossa História.

No décimo ano da nossa Independência devemos empreender acções decisivas para a conquista da Paz e da tranquilidade, para eliminação do banditismo armado. Esta é a condição básica para a recuperação da economia nacional.

O combate pela eliminação e limpeza dos bandidos armados, a defesa da Pátria e da Revolução, são as tarefas fundamentais do novo ano. A defesa da nossa Pátria não se realiza apenas na frente militar. O combate militar é decisivo, mas não é o único.

Do trabalho produtivo, da consolidação das conquistas económicas e sociais depende o avanço da nossa Revolução. É necessário que se desfechem golpes decisivos na apatia, no desinteresse e no

desleixo que ainda se verificam em alguns sectores do nosso Aparelho de Estado e das nossas empresas.

É necessário combater sistematicamente o oportunismo e todas as manifestações que conduzam ao desalento e à atitude de desânimo.

A coragem, a confiança e a certeza são atributos nossos, são atitudes conquistadas na luta.

Neste momento em que nos dirigimos à Nação inteira, aos trabalhadores do campo e da cidade, às crianças, homens e mulheres que habitam cada canto do nosso País, não podemos deixar de recordar, com emoção e respeito, as famílias assoladas pelo luto provocado pelos terroristas, agentes do crime, que continuam a semear a dor e a desolação.

É também com emoção profunda que nos dirigimos às famílias a que a acção devastadora das secas e das cheias não poupou vidas e trouxe o luto e a tragédia no seio da família moçambicana.

As vítimas destas calamidades, cabe a todos nós, a cada cidadão moçambicano envolvê-los com o nosso carinho e solidariedade, dar um pouco do nosso conforto, para restituir-lhes o alento, a energia e confiança para que sintam plenamente a dimensão da nossa força como moçambicanos unidos do Rovuma ao Maputo.

Saibamos semear sempre este espírito de solidariedade, de combatividade e de certeza na vitória.

Queremos saudar todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo, pela forma consciente e patriótica como encaram e vencem as carências de um quotidiano ainda marcado por dificuldades.

A todos os moçambicanos, queremos saudar neste final do ano e início de um Novo Ano.

Endereçamos uma saudação particular aos cooperantes que celebram as festas longe dos seus países e dos seus familiares. Para eles vai o calor da nossa solidariedade, o carinho desta outra família que somos nós, moçambicanos.

Compatriotas,

Façamos de 1985, décimo ano da nossa Independência, um ano de novas e decisivas conquistas para a consolidação da Independência, da Pátria, da Revolução Socialista, ano da limpeza do banditismo armado.

Com essa convicção profunda, desejo a todos vós Boas-Festas e um Feliz Ano Novo.

Convido-vos para que se juntem a mim num brinde:

- à saúde e felicidade do Povo moçambicano;
- à paz, ao progresso e amizade entre os povos!

A Luta Continua!
Muito Obrigado.

Tiragem: 5 000 exemplares
Registado no INLD sob o N.º 0529/INLD/85
Composto e Impresso na Tip. «Notícias»

M A P U T O

República Popular de Moçambique
Janeiro de 1985

1985—ANO DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA